



LUTAS ANTICOLONIAIS, ANTIRRACISTAS E ANTICAPITALISTAS NA ÁFRICA E OS SEUS DESDOBRAMENTOS EM MOÇAMBIQUE¹

Lucas Atanásio Catsossa²

«A África é uma ilustração perfeita do neocolonialismo, suas terras são ricas, mas sua gente é pobre. Sua riqueza beneficia não as pessoas, mas um grupo de indivíduos tanto interna (colaboradores) quanto externas (colonialistas)».

Nkwame Nkrumah, líder de resistência colonial no Gana.

«[...] nos colonizaram por causa dos nossos recursos [naturais]. Enquanto colonizadores, descobriram que não poderiam viver sem eles. É por isso que fazem todos os esforços para não permitir que efetivamente nos libertemos».

Armando Guebuza, ex-presidente de Moçambique

Resumo

O presente texto analisa criticamente os processos e as dinâmicas socioespaciais em curso na África, os quais estão enraizados nas colonialidades do poder e do saber, como também no racismo enquanto elemento central do capitalismo contemporâneo. Igualmente, critica e questiona a apatia das elites africanas no saque das riquezas africanas. Defende que as independências africanas, proclamadas em datas diferentes, algumas por lutas armadas, e outras, de forma pacífica (negociação) não significaram, nem para um país africano, e nem para outro, a ruptura das práticas coloniais. Por sua vez, defende que a África não é pobre, mas sim, rica, sendo que a mesma vem sendo saqueada e empobrecida por diferentes atores sociais em vários momentos históricos da sua formação socioespacial. Atualmente, o processo de saque e empobrecimento da África ocorre sob a convivência das elites africanas. Para além de serem coniventes com a exploração e espoliação da África, as elites africanas são parte deste processo desigual e contraditório do capitalismo monopolista. A outra face do *neocolonialismo* na África é a expropriação e expulsão, e consequentemente, a negação dos territórios e acesso à renda advinda da exploração dos recursos naturais (das quais, a terra, minerais, gás, petróleo, madeira etc.) aos povos africanos. A isso, adiciona-se também a reprodução do racismo no contexto da territorialização das multinacionais. No entanto, mesmo diante de situações adversas à sua reprodução social, unidas pela causa libertária, os povos africanos têm se mobilizado, lutando contra práticas opressoras, numa clara oposição aos interesses das classes dominantes.

Palavras-chaves: Fronteiras de acumulação; neocolonialismo; lutas sociais; África.

ANTI-COLONIAL, ANTI-RACIST AND ANTI-CAPITALIST STRUGGLES IN AFRICA AND THEIR DEVELOPMENTS IN MOZAMBIQUE

Abstract

This text addresses the ongoing socio-spatial processes and dynamics in Africa, which are rooted in the colonialities of power and knowledge, as well as in racism as a central element of contemporary capitalism. It also criticizes and questions the apathy of African elites in the plundering of African wealth. It argues that African independence, proclaimed at different times, some through armed struggles and others peacefully (negotiation), did not signify a rupture with colonial practices for either African country. In turn, it argues that Africa is not poor, but rich, and that it has been plundered and impoverished by

¹ Este texto resulta das reflexões apresentadas na mesa subordinada ao tema «**Lutas anticoloniais, antirrastas e anticapitalistas na África e América Latina**», inserida na **XII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)**, realizada entre os dias 16 a 19 de setembro de 2025, na Universidade Federal de Maranhão (UFMA). A referida mesa era composta pelo autor deste texto, pela Prof^a. Dr^a. Renata Gonçalves (UNIFESP/Brasil) e pelo Prof. Dr. Francisco Dominguez (Middlesex University/Inglaterra).

² Docente afeto a Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguê (FGA/UniPúnguê) – Moçambique. Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Licenciado em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – Moçambique. Pós-doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Rio Claro-São Paulo. E-mail: lucascatsossauem@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3883-4807>.

LUTAS ANTICOLONIAIS, ANTIRRACISTAS E ANTICAPITALISTAS NA ÁFRICA E OS SEUS DESDOBRAMENTOS EM MOÇAMBIQUE

different social actors at various historical moments in its socio-spatial formation. Currently, the process of plundering and impoverishment of Africa is taking place with the complicity of African elites. Besides being complicit in the exploitation and plunder of Africa, African elites are also part of this unequal and contradictory process of monopoly capitalism. The other side of neocolonialism in Africa is expropriation and expulsion, and consequently, the denial of territories and access to income from the exploitation of natural resources (including land, minerals, gas, oil, timber, etc.) to African peoples. Added to this is the reproduction of racism in the context of the territorialization of multinational corporations. However, even faced with situations adverse to their social reproduction, united by the cause of libertarianism, African peoples have mobilized, fighting against oppressive practices, in clear opposition to the interests of the ruling classes.

Keywords: Frontiers of accumulation; neocolonialism; Social struggles; Africa.

Artigo recebido em: 27/05/2026 Aprovado em: 21/08/2026

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30Epe30312>

1 INTRODUÇÃO

Os extratos que antecedem esta seção introdutória são importantes para se pensar criticamente os *tempos africanos de hoje*, marcados pela reprodução permanente das velhas práticas exploratórias na África. Nesses extratos, estão explícitas as razões que levaram à sua invasão e, consequentemente, à colonização. O verdadeiro interesse tinha em vista fazer da África o centro da acumulação primitiva globalizada, numa primeira fase, por meio do *extrativismo humano*. Porém, à medida que a captura e a venda de seres humanos escasseavam, os europeus viram na exploração da terra e de outras riquezas naturais do subsolo de graça, uma oportunidade para a sua rentabilização econômica.

Ademais, o fato de que no processo da exploração, tanto da terra para a produção de mercadorias do seu interesse, como de recursos naturais, usar-se-iam os próprios africanos como força de trabalho escravo, isso tornava ainda mais rentável a sua empreitada colonial. Após serem saqueadas, essas riquezas não ficavam na África; eram escoadas em bruto para os principais portos, e, mais tarde, exportadas para a Europa, onde eram usadas para os processos de industrialização. Com as independências políticas, na sua maioria, conquistadas a partir da década de 1970, algumas por via pacífica (negociação como aconteceu nas francesas) e via armada (como aconteceu nas colônias inglesas, belgas e portuguesas), as colonialidades do poder nunca cessaram na África. A dependência econômica, na qual muitos países africanos se encontram, tornou-se um mecanismo de recolonização do continente. Os setores dominantes do capitalismo financeiro globalizado e os parceiros de “ajuda ao desenvolvimento” são os principais protagonistas do processo.

Na sua entrada na África, que se intensificou a partir da primeira década do século XXI, tanto os setores dominantes do capitalismo financeiro, como os parceiros de “ajuda ao desenvolvimento”, passaram a vender os ideários do desenvolvimento e/ou progresso aos governos africanos como forma de terem acesso às terras férteis e demais recursos naturais. No entanto, eufóricas e desesperadas pelo alcance do “desenvolvimento”, as elites africanas passaram a acreditar na retórica vendida pelas corporações globais e pelos “parceiros de desenvolvimento”, entregando por concessões, um pouco de tudo o que tinham em seus países de riquezas naturais às corporações globais financiadas e aos parceiros de “ajuda para o desenvolvimento”. Paradoxalmente, as riquezas naturais de muitos países africanos passaram a ser extraídas, saqueadas e exportadas em bruto pelas multinacionais nos moldes meramente coloniais, usando o próprio africano como mão de obra barata no processo.

2 ÁFRICA NO CENTRO DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA GLOBALIZADA

«Anteriormente, as grandes nações enviavam seus exércitos e o nome disso, era colonização. Hoje, as grandes nações mandam suas multinacionais conquistarem mercados, e o nome disto, é globalização».

Milton Santos, geógrafo brasileiro.

«A África ainda é vista simplesmente como produtora de matéria-prima. É uma relação colonial, agora regida por elites locais em cumplicidade com as de fora».

Mia Couto, escritor moçambicano.

A frase do geógrafo brasileiro Milton Santos, anteriormente citada, diz muito sobre o cenário atual que África está passando, caracterizado pelo deslocamento do capitalismo financeiro globalizado através de multinacionais, em busca de garantir a sua rentabilidade econômica, enfim, o lucro. Nesta frase, percebe-se que no atual contexto de globalização neoliberal, as multinacionais estão desempenhando a empreitada (neo)colonial das potências econômicas e dos setores dominantes do capitalismo financeiro. Em *«Por uma outra globalização»*, Santos (2013, p. 23) definiu a globalização como sendo o “ápice do processo de internalização do mundo capitalista”, que, na prática, significou uma articulação da produção de mercadorias a uma escala planetária, sobretudo a partir dos lugares onde existiam condições para o efeito.

Já a frase do escritor moçambicano Mia Couto diz muito sobre o lugar da África na geopolítica e geoeconomia global, na qual se insere de forma subordinada a hegemonia do capitalismo financeiro globalizado como mera fornecedora de matéria-prima ao mundo. Na frase de Mia Couto fica explícito que a África ainda mantém uma relação (neo)colonial com as potências econômicas globais e/ou com os setores dominantes do capitalismo financeiro, mas desta vez, esse cenário ocorre sob a convivência das elites locais. Todavia, a cumplicidade das elites africanas têm contribuído para que a África seja novamente partilhada, desta vez, pelas potências econômicas globais e pelos setores dominantes do capitalismo financeiro. Em *«Imperialismo, estágio superior do capitalismo»*, ao analisar o capitalismo financeiro, Lenin (2012) afirma que atua no sentido de demandar a partilha do mundo, e no atual contexto marcado pela expansão das fronteiras de acumulação, esse processo é materializado pelas multinacionais globais.

Os interesses atinentes à partilha da África pelas potências econômicas globais nunca foram abandonados, apenas mudaram de roupagem. A África está inserida no que Seufert *et al.* (2023) chamaram de *capitalismo clandestino*, pois continua sendo discutida clandestinamente pelas potências econômicas globais e pelos setores dominantes do capitalismo financeiro de modo a partilhá-la. Na maioria das vezes, os africanos não são incluídos nas discussões sobre o destino da África. Essas discussões ocorrem fora das fronteiras da África, envolvendo os países economicamente poderosos e instituições financeiras, os quais ditam as regras de jogo para a sua exploração capitalista. Esses interesses em manter o continente em uma posição de atraso são cada vez mais confessos; Fala-se,

até, que a África não deve se industrializar, pois, neste sentido, sua industrialização impediria a exploração e o saque das suas riquezas naturais pelas potências econômicas e pelos setores dominantes do capitalismo financeiro globalizado. A ideia é mantê-la em situações de colônia, e, por esta via, continuarem a explorar e a saquear as suas riquezas. Neste sentido, a África continuaria sob a dominação das potências econômicas globais e o setor dominante do capitalismo financeiro. Desta maneira, as riquezas naturais africanas continuariam a desempenhar a mesma função de industrializar os países de destino destas, tal como acontecia no período colonial. A África encontra-se numa encruzilhada no atual contexto da expansão das fronteiras da acumulação. Por se tratar de um continente onde a globalização neoliberal ainda não se deu de forma efetiva (e/ou completa) como aconteceu em outros continentes, de acordo com Achille Mbembe, a África tornou-se a última fronteira do capitalismo (financeiro globalizado) nesta primeira metade do século XXI. Para Mbembe (2018) a África:

É a última fronteira do capitalismo, no sentido objetivo das coisas, no sentido em que o regime capitalista se universalizou e não há hoje praticamente nenhuma sociedade que lhe escape. É em África que encontramos as últimas jazidas de quase todos os recursos de que precisa o capitalismo para funcionar no futuro. [...]. É a única parte do mundo que não foi ainda completamente capturada pela lógica da exploração infinita (Mbembe, 2018, s/p).

A crise do capitalismo neoliberal ocorrida nos anos 2007/2008, cujo despertar iniciou a partir de 2006 (Nakatani & Marques, 2020), contribuiu para que a África se tornasse a última fronteira do capitalismo. O continente africano passou a funcionar como um laboratório de experiência do capitalismo neoliberal na busca de novas formas para superação. Se “a crise dos anos 1970 colocou em xeque a chamada “era do ouro” do capitalismo, e a saída encontrada pelos setores dominantes foi o neoliberalismo que libertou as amarras para uma nova fase da expansão do capital” (Seufert *et al.*, 2023, p. 13), na crise de 2007/8, uma das saídas encontradas foi o deslocamento das fronteiras de acumulação para onde supostamente existiam condições para a sua superação.

Nesse cenário, a África passou a ser cobiçada pelos setores dominantes do capitalismo financeiro. A financeirização produtiva dos territórios foi a forma pela qual as potências econômicas globais e os setores dominantes do capitalismo financeiro passaram a usar para expandir as fronteiras de acumulação na África. Neste processo, extensas áreas de terras são concessionadas e entregues às corporações globais para a sua exploração capitalista. Tais terras não eram destinadas somente para a produção de *commodities* agrícolas, mas também para a extração de minerais diversos destinados à exportação. Por um lado, extensas áreas de florestas nativas são concessionadas e entregues a grupos corporativos para a extração de madeira. Por outro, áreas igualmente extensas são concessionadas e entregues ao capital financeiro, supostamente para a conservação da biodiversidade.

Há, no entanto, uma ideia preconcebida e ao mesmo tempo, preconceituosa, segundo a qual só eles [os setores dominantes do capitalismo financeiro] é que têm a capacidade de preservar as florestas africanas. Na verdade, nessas áreas, a captura de carbono passa a ser a forma de exploração territorial, onde é engarrafado e depois, levado para países de origem do capital financeiro. Ademais, entidades globais do mercado financeiro começaram a financiar a construção de barragens hidroelétricas na África, as quais passaram a ser estimuladas dentro do paradigma das Parcerias Público-Privadas (PPP). Neste processo, a natureza passou a ser apropriada e privatizada para fins de acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global.

Se antes os setores dominantes do capitalismo financeiro viam as barragens hidroelétricas como projetos de alto risco para a financeirização pelo fato de requererem longos períodos de execução (Seufert *et al.*, 2023), na África, a sua construção passou a ser vista como uma oportunidade de negócio a longo prazo. Ou seja, embora as barragens hidroelétricas fossem consideradas projetos de alto risco, ao mesmo tempo passaram a ser vistos como de alta recompensa por parte dos setores dominantes do capitalismo financeiro. Neste processo expansionista do capital financeiro em busca da sua superação no pós-crise de 2007/8, o cenário tornou-se muito complexo na África. Essa complexidade, deve-se não apenas à multiplicidade dos interesses, mas também ao fato de os agentes interessados na exploração capitalista da África nesta primeira metade do século XXI serem muitos.

No entanto, não são apenas os países europeus que outrora colonizaram e saquearam a África, exportando as riquezas para os seus países de graça. Outros agentes entraram também em cena numa corrida acirrada pela disputa de terras férteis para a produção de *commodities* agrícolas do seu interesse, como também para a exploração de recursos naturais diversos disponíveis. (em África.) As igrejas, na sua maioria evangélicas, são outros agentes envolvidos no saque da África, um cenário cuja materialidade se manifesta nos moldes coloniais. Neste caso, a fé passou a ser usada como instrumento de dominação dos povos africanos, e, conseqüentemente, da acumulação ampliada.

Em troca dos supostos milagres, da salvação e de irem ao paraíso, os africanos vão entregando as suas riquezas aos pastores. Atualmente, a atuação das igrejas na África lembra muito a frase de Jomo Kenyatta, que se tornou popular nas lutas e resistências contra o neocolonialismo, segundo a qual “quando os missionários chegaram a África, os africanos tinham a terra e eles [os missionários], a bíblia, ensinaram-nos a orar de olhos fechados, e quando os abrimos, eles tinham a terra e nós, a bíblia”. Aliás, em consonância com isso, recentemente, a escritora moçambicana Paulina Chiziane afirmou que “uma das instituições para a colonização e a escravidão, foi a religião”, que “as religiões muitas vezes, foram usadas como instrumentos de dominação e não organismos de libertação” e que “muitas vezes, estão a fazer lavagem cerebral ao povo”.

Os países membros dos BRICS – bloco econômico que integra o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, estão entre os atores com interesses na África. O surgimento dos BRICS produziu uma nova ordem na geopolítica global caracterizada pela disputa acirrada pelo controle dos recursos naturais da África. A Cooperação Sul-Sul (CSS) para o desenvolvimento na África, demandada pelos BRICS, surge como uma alternativa à Cooperação Norte-Sul (CNS). Na sequência há uma guerra de narrativas, onde a Cooperação Sul-Sul, como estratégia de penetração na África, questiona os *modus operandi* da Cooperação Norte-Sul, alegadamente por reproduzir a colonialidade de poder, onde a exploração territorial era a característica dominante. Ademais, a Cooperação Sul-Sul argumentava que, ao inserir-se de forma hegemônica na África, a Cooperação Norte-Sul mantinha os países africanos na pobreza, tornando-os cada vez mais dependentes economicamente.

A Cooperação Sul-Sul apresentava-se sob o paradigma de *win-win* (ganho mútuo), porém, em pouco tempo, revelou suas contradições. Antes, questionava-se se a Cooperação Norte-Sul baseava-se na exploração da Cooperação Sul-Sul. Na prática, a Cooperação Sul-Sul significou apenas a expansão do capitalismo financeiro dos países membros dos BRICS para os países pobres na África. Se no âmbito da Cooperação Norte-Sul, os países dos africanos tornavam-se economicamente cada vez mais dependentes do hemisfério norte, essa relação de dependência se manteve no quadro da Cooperação Sul-Sul, tendo se aprofundado em alguns casos e contextos geográficos. No entanto, Strahm (1991) já havia referenciado que a cooperação para o desenvolvimento, por si só, é ambivalente, na medida em que nem sempre cumpre com a sua missão no sentido de ajudar os países pobres a saírem do subdesenvolvimento. Este autor explica que:

A cooperação para o desenvolvimento é o sinal mais visível para a solidariedade internacional e da luta contra a pobreza. Mas, a cooperação para o desenvolvimento é também um instrumento de controle político dos países em desenvolvimento e cria novas dependências. [...]. A cooperação para o desenvolvimento pode ter dois efeitos – contribuir para o desenvolvimento ou favorecer um mau desenvolvimento (Strahm, 1991, p. 173).

Na África, acontece exatamente o que este autor elucida, pois a cooperação para o desenvolvimento, tanto no contexto da Cooperação Norte-Sul, como da Cooperação Sul-Sul, além de ser um instrumento de dominação e de controle político, tem contribuído, sobremaneira, para o saque e reprodução das desigualdades sociais e pobreza. Atualmente, como forma de viabilizar a exploração territorial na África, os países economicamente poderosos passaram a tramcar a criação de corredores econômicos transnacionais que, na prática, são novas fronteiras de acumulação na geopolítica global dos recursos naturais (extração de minerais) e da questão agrária (produção de *commodities* agrícolas). Para tornar possível essa empreitada exploratória, esses países têm financiado a construção de infraestruturas diversas (rodovias, ferrovias, aeroportos e portos) numa disputa acirrada pelo controle do comércio internacional.

Esses corredores econômicos transacionais atraem, igualmente, o Investimento Direito Externo (IDE), com o qual tem demandado a reconfiguração territorial. A iniciativa chinesa denominada “Cinturão e Rota de Seda”, com a qual busca ligar a China ao resto do mundo, desde a Europa, América Latina e África, vai neste sentido de exploração territorial no contexto do capitalismo contemporâneo. Na África, a China investe na rota marítima, com a qual pretende exportar milhões de toneladas de mercadorias diversas de seu interesse, que vão de minerais raros a *commodities* agrícolas. Por se tratar de uma rota marítima, não significa que a China não fará nenhum investimento na África. Nesta empreitada chinesa, os principais portos onde os navios irão atracar para a recolha das mercadorias, possivelmente, serão reestruturados e/ou reabilitados de modo a responder aos novos desafios do comércio marítimo.

Para a sua reestruturação, obviamente, serão necessários novos investimentos, provavelmente, vindos da China. Na África, a China tem a fama de colocar os países em situação de endividamento por meio dos seus mecanismos de financiamento. Na maioria das vezes, usa essas mesmas dívidas para explorar os países africanos endividados (Catsossa, 2021). Há casos em que as dívidas são renegociadas, mas isso, geralmente, implica cedências por parte dos governos africanos. Para estender o tempo de pagamento das dívidas, a China procura tirar benefícios extraordinários do endividamento dos países africanos. Ademais, há casos em que perdoa” as dívidas contraídas pelos países africanos. Como no capitalismo “*não há almoços grátis*”, a moeda de troca pelo “perdão” das dívidas, a China coloca, como condição, o estabelecimento de acordos bilaterais com os governos africanos.

Esses acordos não beneficiam os países africanos, mas sim, a China, uma vez que a sua racionalidade é exploratória. Tais acordos centram-se essencialmente na necessidade de os governos africanos endividados criarem condições para a entrada do capital financeiro chinês em vários setores da economia, dos quais, recursos naturais, infraestruturas etc.), processo do qual a China busca tirar vantagens econômicas e influência (geo)política na África. Ademais, o Corredor de Lobito em Angola, que liga a República Democrática do Congo (RDC) e a República da Zâmbia, é outra fronteira de acumulação, com a qual o capital financeiro globalizado busca garantir a sua rentabilidade econômica. O Corredor de Lobito conta com o financiamento dos EUA e da cúpula da União Europeia, cuja finalidade é criar condições para o escoamento de minerais, alguns dos quais, raros e *commodities* agrícolas para o mercado global.

A República Democrática do Congo (RDC), é o alvo principal da empreitada imperial euro-estadunidense. É neste país africano onde está concentrada a maior parte dos minerais de interesse dos países ocidentais, sobretudo, dos EUA. Aliás, não é por acaso que Donald Trump está tentando pacificar a RDC diante da guerra que perdura anos, envolvendo o exército local e o grupo M23, aliados

do Ruanda. Pacificando a RDC, Donald Trump sai como herói dessa guerra, e os EUA, obviamente, terão acesso às riquezas naturais deste país quase de graça. Por isso, o Corredor Lobito deve ser entendido como uma resposta ocidental liderado pelos EUA e a União Europeia à iniciativa chinesa “Cinturão e Rota de Seda”, com a qual a China pretende ligar a África no contexto do comércio internacional. No caso do Corredor de Lobito, a espoliação das comunidades tradicionais e camponesas é inevitável. A reestruturação da infraestrutura ferroviária poderá atrair mais investimentos, sobretudo, no setor da agricultura, os quais, inevitavelmente, poderão ocasionar a espoliação dos povos.

Entretanto, a perspectiva é que os níveis de violência aumentem na África em decorrência da expansão das fronteiras de acumulação. Sendo a África a última fronteira do capitalismo no século XXI, conforme foi referenciado anteriormente, significa que o processo de extração dos recursos naturais e de produção de *commodities* agrícolas pelas corporações capitalistas, algumas das quais, financiadas e protegidas pelos governos de países economicamente poderosos, inevitavelmente, será acompanhado por extrema violência. Há lugares da África onde o processo de extração dos recursos naturais pelas multinacionais ocorre em meio de extrema violência, caracterizado pela emergência e expansão do terrorismo. Na maioria das vezes, a presença das multinacionais tem potenciado os conflitos, e, conseqüentemente, a emergência da violência extrema, e Moçambique, é exemplo clássico disso. Aliás, Catsossa (2021) já tinha alertado sobre a possibilidade da violência se reproduzir na África em decorrência da extração dos recursos naturais. Em forma de alerta, o autor afirma que:

Olhando pela forma violenta e turbulenta como os processos e as dinâmicas socioespaciais estão a ocorrer na África, é possível afirmar que até ao final do século XXI, milhares de vidas serão sacrificadas e muito sangue será derramado no processo de controle e saque dos recursos naturais em muitos países africanos (Catsossa, 2021, p. 351).

A presença de bases militares, na sua maioria, dos países ocidentais, potencializa ainda mais a violência na África. A maior parte dessas bases estão instaladas em países ricos em recursos naturais, e, concidentemente, são alvos do terrorismo. Sua presença nesses países seria para garantir a segurança, no entanto, por trás da narrativa da segurança está o interesse pelos recursos naturais estratégicos que estão nesses países, dos quais, minerais e terras raras, sem, no entanto, deixar de lado grandes quantidades de gás e petróleo. A presença de bases militares é outra forma de colonização dos países africanos pelas potências econômicas e militares do mundo, pois, são usadas como instrumento de controle político-militar da África. Um dado importante é que a maior parte dos países com bases na África possuem armamento nuclear e mísseis de longo alcance, ou seja, intercontinentais, o que torna a África, um território mais vulnerável a conflitos violentos em termos geopolíticos.

Outro detalhe importante é que a financeirização produtiva dos territórios na África trouxe à superfície a velha relação entre o capitalismo e o racismo, a qual é tratada por Fanon (2022) e por Souza (2022). A estrutura racial que esteve presente no período colonial continua a reproduzir-se, pois, tem norteado as relações de trabalho no contexto da expansão do capital financeiro. A cor da pele continua sendo usada como régua para medir o grau de superioridade. Na maioria das vezes, os pretos africanos aparecem em situação de inferioridade (e/ou subalternidade) em relação aos brancos estrangeiros dos países de origem das multinacionais, enfim, do capital financeiro globalizado. No imaginário dos setores dominantes do capitalismo financeiro, a África é um covil dos analfabetos, ou seja, seres epistemologicamente não pensantes.

Se o preto africano é desprovido do conhecimento, logo, não tem capacidades técnicas e habilidades com as quais possa garantir que o processo de acumulação seja flexível. Como solução, ao expandir os seus negócios na África, as multinacionais também passaram a importar a mão de obra, alegadamente, por ser mais qualificada que a local. Esse cenário tem contribuído para a colonização da África baseada na estrangeirização da mão de obra branca. Passou a ocupar cargos de liderança, o que garante a sustentabilidade e rentabilidade financeira das multinacionais. Por este fato, no imaginário dos setores dominantes do capitalismo financeiro, o branco estrangeiro merece ter um tratamento especial, o que significa pagar-lhe um bom salário, com o qual possa ser possível manter o seu *status quo* na sociedade de classes.

Além de embolsar um bom salário no final do mês, o branco estrangeiro passou a ter acesso a outros direitos nas multinacionais, como por exemplo, uma casa melhorada localizada no bairro de elite, e viatura particular para o exercício das suas funções. Já o preto africano é *empregado*, sinônimo de *escravo* no período colonial, e, contudo, inferior na empresa e passível de exploração na condição de mão de obra barata. Como consequência disso, muitos africanos são contratados para tarefas ligadas à produção, como, por exemplo, operário de máquinas. Trata-se, pois, de tarefas de maior exposição aos acidentes de trabalho, com as quais a classe dominante capitalista consegue explorar o preto africano, pagando-lhe um salário inferior, dificultando, assim, sua reprodução social. A maioria dos pretos africanos, mesmo trabalhando nas multinacionais, vivem em situações precárias e humanamente degradantes quando comparados com os brancos estrangeiros.

3 AMBIVALÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA EM MOÇAMBIQUE

*Eu sou o preto da senzala a morar numa favela,
Sou dono da terra sem ter mandado nela,
Com os amigos quero paz,
Com os irmãos faço guerra,
Por isso sou explorado na minha própria terra,
Eu sou único rico que vivo na miséria,*

Vivo da pena que sente de mim,
Vivo da miséria,
Enteado do mundo civilizado filho da miséria,
Sonho para ver se acordo livre da miséria,
Expulsei colonos e nunca o colonialismo [...]

Extrato da letra da música *Cães de Raça* de Azagaia.

A citação acima denuncia as contradições do desenvolvimento capitalista em curso, em Moçambique. Essa citação traduz-se numa descrição perfeita do cenário espoliativo e violento, no qual Moçambique está inserido no atual contexto da acumulação capitalista mundializada. No entanto, além de ser um processo complexo, espoliativo e violento, o desenvolvimento capitalista que ocorre em Moçambique é, ao mesmo tempo, contraditório e desigual. No seu interior habitam tanto os elementos do progresso, como os do atraso. No contexto da acumulação capitalista, Moçambique apresenta-se como um território em disputa, onde diferentes frações de poder lutam para apropriar-se e controlar monopolisticamente as terras férteis para a produção de *commodities* destinadas à exportação, e por diversos recursos naturais, tendo em vista a sua reprodução social. De um lado estão as comunidades tradicionais, algumas das quais camponesas; do outro, está o capital financeiro globalizado.

Já em relação a outros recursos naturais, ao se envolver na disputa com outras frações de poder, o objetivo dos setores dominantes do capitalismo financeiro globalizado é apropriar-se de seus territórios e controlá-los monopolisticamente, e, por esta via, explorá-los, exportando-os para os mercados globais de mercadorias, processo por meio do qual, as grandes empresas acumulam lucros. Em Moçambique, a disputa pela apropriação e controle de terras férteis e demais recursos naturais de maior valor de troca no mercado internacional se intensificou após a crise de 2007/8 (Catsossa, 2021, 2023). A crise do capitalismo neoliberal de 2007/8 abriu uma nova fase de acumulação capitalista em Moçambique caracterizada pela mobilidade espacial do capital financeiro a escala global. No contexto da acumulação mundializada, Moçambique tinha duas saídas.

Primeiro, deveria criar condições para acomodar os interesses dos setores dominantes do capitalismo financeiro, tornando possível a produção de *commodities* agrícolas em seu território. Depois de serem produzidas, essas *commodities* agrícolas seriam comercializadas no mercado global. Segundo, deveria se deixar explorar pelo capital financeiro. Ou seja, as multinacionais globais financiadas por esses setores dominantes do capitalismo financeiro deveriam explorar os recursos naturais disponíveis em seu território a baixo custo, e, depois, exportá-los para os mercados globais.

Sendo um país periférico do sistema capitalista, e ainda dependente do capital estrangeiro para dinamizar as atividades produtivas visando alcançar o desenvolvimento, Moçambique viu-se envolvido numa encruzilhada, na qual tinha duas possibilidades: ou resistia à empreitada (neo)colonial, e condenaria o seu povo a permanecer na miséria, ou então, aceitava as condições impostas pelos setores dominantes do capitalismo financeiro, inserindo-se de forma subalterna na órbita da

acumulação, deixando-se explorar. Com mais da metade da sua população pobre, com muitos recursos naturais e terras férteis por explorar, os setores dominantes do capitalismo financeiro viam Moçambique como uma oportunidade para a rentabilidade financeira. Sendo (Moçambique) um Estado economicamente frágil (Mosca; Selemane, 2025) e com governantes corruptos (Hanlon, 2025), os setores dominantes do capitalismo financeiro viam isso como um *trampolim* para o sucesso dos seus negócios. O fato de a terra e outros recursos naturais serem propriedade do Estado, era algo benéfico para os setores dominantes do capitalismo financeiro. A fragilidade econômica do Estado e a existência de governantes corruptos e ao mesmo tempo, alheios ao sofrimento do seu povo, é para os setores dominantes do capitalismo financeiro, uma mais-valia.

Ademais, esses setores aproveitam-se do fato de o Estado ser a única entidade promotora do Investimento Direito Externo (IDE) para extraírem benefícios extraordinários. Por trás da promoção do IDE, mora o sonho do governo de ver Moçambique alcançar o desenvolvimento. Neste sentido, a entrada do IDE seria sinônimo de desenvolvimento, enfim, da promoção do bem-estar social em Moçambique. Se o IDE era sinônimo de desenvolvimento de Moçambique, e, contudo, do bem-estar social dos moçambicanos, os setores dominantes do capitalismo financeiro passaram a ser considerados tão importantes, que, nas negociações, criavam condições para obter lucros extraordinários. Em outras palavras, essas elites corporativas passaram a capitalizar esse desespero do governo moçambicano.

A partir de então, Moçambique tornava-se praticamente um laboratório do neoliberalismo, graças ao papel desempenhado pelo Estado. Em seguida, extensas áreas de terras passaram a ser concessionadas e entregues às corporações interessadas na sua exploração capitalista, tanto para produzir *commodities* agrícolas, como para a extração de recursos naturais do solo (madeira) e do subsolo (minerais diversos, alguns dos quais, [sem]preciosos). O Estado tem incentivado também a construção de barragens hidroelétricas, numa tentativa de realizar a sua ambição de tornar-se (na) referência regional na produção e fornecimento de energia elétrica. Pode-se citar o emblemático caso da barragem hidroelétrica de Mphanda Nkuwa, em processo de construção sobre o Rio Zambeze, na província de Tete, financiado pelo Banco Mundial e de outros credores.

Paradoxalmente, em Moçambique, a exploração da terra e demais recursos naturais não estão beneficiando os moçambicanos, mas sim, um pequeno grupo (Catsossa, 2021; Rantala, 2022; Hanlon, 2025). As multinacionais que exploram os recursos naturais são as maiores beneficiárias, as quais inclusive, contam com isenções fiscais dadas pelo Estado no âmbito da sua territorialização. Nessa teia alimentar, outros beneficiários são as elites oligárquicas moçambicanas ligadas ao partido FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique, no poder há mais de 50 anos), as quais são frutos das reformas econômicas ocorridas a partir da década de 1980, encabeçadas pelo Banco Mundial e o

Fundo Monetário Internacional (FMI), às vezes, por meio de chantagens (Catsossa, 2020). No entanto, Hanlon (2025) entende que as elites oligárquicas moçambicanas são frutos da corrupção, do assalto ao Estado e de assassinatos sistemáticos, os quais sempre foram apadrinhados pelo FMI.

Essas elites têm buscado extrair benefícios extraordinários do processo de exploração da terra e demais recursos naturais. Além de controlarem extensas áreas de terras, contendo recursos naturais, tanto na parte externa (maneiras), como no subsolo (minerais diversos), as elites da FRELIMO tiram também benefícios na exploração do gás em Pande e Temane na província de Inhambane, e na bacia do Rovuma, em Cabo Delgado. Praticamente, essas elites oligárquicas estão envolvidas em todos os megaprojetos, desde agrícolas (agronegócio), mineração (carvão mineral, areias pesadas, grafite, rubi, ouro etc.), hidrocarbonetos (gás), florestais (madeira), etc. Na maioria das vezes, essas elites oligárquicas entram nos negócios de forma subordinada à hegemonia do capitalismo financeiro, entregando as riquezas naturais que são de todos os moçambicanos em benefício próprio e de seus parentes.

Nesse processo, o povo moçambicano, infelizmente, é espoliado e condenado a viver na miséria. No decorrer do processo, as comunidades tradicionais e camponesas são expropriadas e expulsas dos seus territórios para dar lugar à acumulação capitalista. Ademais, os sujeitos ora expropriados e expulsos dos seus territórios no processo de expansão do capital financeiro são, mais tarde, convertidos em força de trabalho assalariado, passível de exploração. No entanto, para as populações, nada fica, senão a reprodução da penúria, fome, conflitos socioambientais, desemprego e violência. No contexto da exploração da terra para fins da produção de *commodities* agrícolas, a presença das empresas do agronegócio não se traduz em melhoria das condições de vida das populações. Para além da expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, do aumento das desigualdades na distribuição da renda, nota-se a concentração de terras nas mãos das empresas agrícolas. Ademais, nota-se a reprodução da fome e desnutrição, dos conflitos sociais e da violência (Catsossa, 2020a).

Em Moçambique, as terras não estão apenas concentradas nas mãos das grandes corporações do agronegócio, mas também, são controladas pelas elites políticas, através das quais consegue se inserir na órbita da acumulação, vendendo-as ou mesmo, arrendando para quem delas precisa. Através dessas terras, essas elites firmam alianças com os capitalistas estrangeiros, formando empresas agrícolas, as quais se dedicam à produção de *commodities* destinadas à exportação. Já no contexto da exploração dos recursos naturais, os casos de Moatize e Marara na Província de Tete, de Montepuez e Palma, em Cabo Delgado; Moma em Nampula e Manica na província de Manica, são exemplos da insustentabilidade dos megaprojetos na promoção do bem-estar social. No caso de Moatize, a situação é tão perversa, que a população é condenada a morrer por doenças respiratórias

(tuberculose). Quase todos os dias a população é forçada a inalar pó de carvão mineral, e, para piorar, não recebe nenhuma assistência (Catsossa, 2020b). Enquanto isso, o carvão mineral é extraído e exportado para a Índia; desse processo as multinacionais e as elites oligárquicas nacionais extraem benefícios (lucros).

Em Cabo Delgado, o cenário é muito mais complexo. A exploração de rubis em Montepuez e do gás em Palma, ocorre em meio à violência, a qual se manifesta, tanto pela reprodução da pobreza, como pelo extremismo (terrorismo). Tanto a extração do rubi, quanto do gás, acontecem à custa do sofrimento e sangue de milhares de moçambicanos. Em relação à exploração de rubi, há relatos de que alguns garimpeiros foram capturados e torturados, e mais tarde, sepultados vivos dentro da área detida pela Montepuez Rubi Mining (MRM), empresa que explora esse mineral precioso, que, inclusive, é controlada pelas elites oligárquicas nacionais ligadas ao partido FRELIMO (Hanlon, 2025). Já quanto ao gás, vem sendo extraído à custa do sangue de milhares de pessoas, as quais foram mortas por grupos terroristas desde 2017, os quais reivindicam toda a província de Cabo Delgado para a instauração do Estado Islâmico.

4 LUTAS SOCIAIS NA ÁFRICA E SEUS DESDOBRAMENTOS EM MOÇAMBIQUE

A luta pela liberdade dos povos africanos é ainda uma possibilidade [...]. A causa ainda não está perdida [...] é sempre uma utopia, uma aspiração demasiadamente humana. [...]. A luta pela liberdade dos povos africanos é e continuará a ser o projeto de todos os povos africanos [...]. Enquanto a história não for lugar de fechamentos a possibilidade de liberdade dos povos africanos ainda é possível.

Régio Conrado, cientista político moçambicano.

O extrato que inicia esta seção é uma ilustração clara de que, na África, os povos oprimidos no contexto da expansão do capital financeiro têm sido protagonistas da sua própria história, lutando e resistindo de diversas formas contra a opressão e práticas que concorrem para a sua espoliação e degradação das condições da sua existência básica e simbólica. Historicamente, em diversos momentos da sua existência, os povos africanos foram submetidos aos processos violentos pela classe dominante. Nestes processos, foram oprimidos, expropriados e expulsos dos seus territórios, explorados e roubados, pois, toda a riqueza do solo e do subsolo, era retirada de graça para a Europa. Atualmente, um movimento semelhante está em curso na África, mas desta vez, sob a chancela dos governos africanos sob alegações de alcance do desenvolvimento socioeconômico.

Porém, os povos africanos, por entenderem que os processos se assemelham ao que aconteceu no período anterior às independências políticas, na sua maioria, proclamadas na década de 1970, em alguns países, via pacífica (negociação), no caso das ex-colônias francesas, e noutros luta armada, como sucedeu nas ex-colônias inglesas, portuguesas e belgas, através de visões neocoloniais, têm reagido e contestado a nova onda de recolonização da África pelo capital financeiro

globalizado. As lutas e resistências travadas pelos povos africanos, que diariamente são oprimidos em seus próprios territórios no âmbito da expansão das fronteiras de acumulação, são vistas como a única saída para a sua sobrevivência. Tais lutas e resistência anticoloniais, antirracistas e anticapitalistas em curso em muitos países africanos se manifestam de diversas formas.

Cansados de serem explorados, saqueados e empobrecidos, em alguns países africanos verifica-se uma articulação política dos sujeitos em combater a recolonização, liderando golpes de estado de cunho militar como forma de remover do poder líderes fantoches do imperialismo. Foi assim que aconteceu nas ex-colônias francesas, das quais, Burquina Fasso, Mali e Níger. No entanto, não se está aqui a defender golpes de estado na África como via única para romper-se com o neocolonialismo. O que se pretende dizer é que, dada a complexidade dos processos e dinâmicas sociopolíticas e econômicas, os golpes de estado de cunho militar nas ex-colônias francesas, precisam ser vistos como um mecanismo de luta e resistência dos povos nativos contra a colonização contínua que vinha sendo perpetrada pela França, a qual os oprimia, explorava e os empobrecia sob a conivência das elites políticas locais que ficaram no poder por muitos e longos anos.

Ademais, os povos africanos têm se articulado tanto no campo quanto nas cidades para protestar contra as colonialidades reproduzidas pela expansão do capitalismo financeiro em vários setores da economia, das quais, agricultura, minério-energético, florestal, só para citar alguns exemplos. Sucede que essa exploração da terra para a produção de commodities e extração dos recursos naturais, não tem beneficiado os povos africanos. Para além de serem expropriados e expulsos de suas terras, eles têm o seu direito ao território negado, tornando-se vítimas da espoliação e da contaminação perpetradas pelas multinacionais.

Os casos da Chevron-Texaco na Guiné-Equatorial e da Shell na Nigéria, os quais mereceram protestos populares, são o reflexo da insustentabilidade socioambiental do extrativismo, pois, de acordo com Bassey (2015), além da espoliação dos povos nativos, destruíam, poluíam e contaminavam o meio ambiente através da queima de gás, do despejo de lixo tóxico e outros tipos de venenos, sendo que o cenário mais perverso ocorreu na Amazônia Equatoriana. No caso da Chevron-Texaco, a situação foi pior; a população contraiu doenças como cancro, doenças sanguíneas dentre outras, e mesmo diante dos fatos, a empresa não assumiu a suas responsabilidades (Bassey, 2015). No entanto, essa tragédia socioambiental gerada pelas multinacionais se repete em vários países africanos, graças à conivência das elites locais. Em Angola, por exemplo, o cenário não é diferente, pois há relatos de espoliação e derrame do petróleo sobre os rios envolvendo a Cabinda Gulf Oil Company Limited (CABGOC), subsidiária da Chevron, gerando impactos socioambientais irreversíveis (DW, 2025).

Situações dessa natureza têm gerado descontentamento e revoltas populares, em defesa dos seus territórios. No entanto, à medida que o tempo foi passando, os povos africanos foram ganhando a consciência de que, de forma isolada e independente, não seria possível vencer o colonialismo contemporâneo marcado pela expansão do capital financeiro. Nessas lutas e resistências, estabeleceram uma espécie do que Scherer-Warren (2006) chamou de *rede de movimentos sociais*. O *Movimento Pan-africanismo Hoje*, faz parte dessas redes movimentos sociais na África, criado em 2016. No entanto, esse movimento social nasce com o objetivo de:

[...] lutar pela construção de uma aliança anti-imperialista e anticapitalista baseada nos ideais panafricanistas compostas por trabalhadores, camponeses, estudantes, intelectuais progressistas entre outros atores dos movimentos sociais e ativistas (ADECRU, 2017, s/p).

Para discutir essas pautas, em 2017, o *Movimento Pani-Africanismo Hoje* realizou a sua segunda conferência no dia 2 de julho, na Tunísia. Essa conferência juntou cerca de 200 participantes em representação de movimentos sociais do Quênia, Tanzânia, República Democrática do Congo, Cabo Verde, África do Sul, Lesotho, Burquina Faso, Senegal, Nigéria e Moçambique. A terceira conferência do *Movimento Pani-Africanismo Hoje* realizou-se em Winneba, no Gana. Subordinado ao lema «*Unificando as lutas das massas contra o capitalismo e imperialismo*», esta conferência juntou mais de 400 participantes, dos quais povos tradicionais e camponeses, ativistas dos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e lideranças de partidos políticos progressistas de diferentes países africanos, com destaque para Congo, África do Sul, Zâmbia, Malawi, Tanzânia, Marrocos, Tunísia, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Madagáscar, S. Tomé e Príncipe, Egito, Ilhas Seychelles, Costa de Marfim e Moçambique (cf. ADECRU, 2018). Na terceira conferência discutiram-se questões relacionadas com:

[...] as novas formas de lutas e resistências em África (massificação), lutas de sindicatos, dos camponeses e soberania alimentar, lutas feministas (combatendo estruturas patriarcais) e ideias (religião, educação e consciência de classe para o avanço do projeto panafricanista) (ADECRU, 2018, s/p).

Além disso, Bussotti e Muzenberg (2016) relatam também as lutas e resistências contra a homofobia e o racismo, as quais têm tido maior destaque em países como Uganda. Estes autores relatam ainda que em países, como Cabo Verde, as populações têm ocupado ruas para reivindicar os seus direitos. Algo similar acontece também em Moçambique. Neste país africano, os sujeitos oprimidos e espoliados, tanto da cidade, quanto do campo, têm se (re)organizado para enfrentar a classe dominante que os oprime. No caso das populações que vivem no campo, há, no entanto, uma consciência coletiva de que para se vencer o capitalismo financeiro, é importante a união de todos os oprimidos e dos espoliados.

No campo moçambicano, as lutas e resistências contra o avanço das fronteiras de acumulação ganharam ímpeto a partir da primeira década do século XXI. É nesse período que Moçambique começa a ser alvo do capitalismo financeiro, que buscava territórios para garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. A partir de então, diferentes grupos sociais passaram a se insurgir contra a onda neocolonial, protestando contra a sua espoliação e expropriação dos seus territórios. No entanto, os camponeses têm lutado e resistido fortemente contra a expansão do capital financeiro em vários setores, dos quais, mineiro, gás e agricultura. Em relação à mineração, as lutas e resistências são mais fortes no distrito de Moatize, onde as populações, desde 2011, vêm protestando contra a sua espoliação, contaminação dos solos e rios e poluição do ar.

Por sua vez, as lutas e resistências verificam-se no distrito de Manica, onde as populações protestam contra a poluição e contaminação dos rios e solos derivados da extração do ouro, tanto pelas multinacionais, como pelos garimpeiros. Esses protestos são notórios também em Ancuabe e em Balama, onde ocorre a extração do minério de grafite. Somado a isso, notam-se protestos contra o derrame de substâncias tóxicas sobre o meio ambiente resultantes do rompimento de barragem de rejeito pertencente à mineradora chinesa *Ding Sheng* que extrai areais pesadas em Chibuto, situação denunciada pela Justiça Ambiental (JÁ). Já a exploração do gás, sobretudo, em Palma, desde o início foi alvo de protestos liderados pela Justiça Ambiental (JA). Em relação à agricultura, os camponeses têm lutado e resistido contra a sua expansão do agronegócio no campo, por entenderem que é ameaça à sua permanência na terra e à soberania alimentar.

No entanto, os camponeses têm defendido a agroecologia como modelo agrário alternativo ao agronegócio, por entenderem que é pró-ambiente e à humanidade, uma vez que não promove a destruição da natureza, como também oferece alimentos de qualidade e saudáveis para o consumo humano, isto é, sem agrotóxicos. No entanto, é importante destacar o papel exercido pela sociedade civil organizada, com destaque para a União Nacional de Camponeses (UNAC), Justiça Ambiental (JA), Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), Livangingo e a Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação de Terras (ASCUT), só para citar alguns exemplos.

Ademais, os camponeses têm protestado contra a privatização e a mercantilização da natureza para fins de acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. Um dos megaprojetos que vislumbra a privatização da natureza, e que vem sendo contestado pelos camponeses da província de Tete, é a barragem hidroelétrica de Mphanda Nkuwa, a qual será construída sobre o Rio Zambeze, onde inclusive já existe uma outra barragem; neste caso, a Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB). Ao protestar, os camponeses temem perder as suas terras e outros meios de sobrevivência em decorrência da implantação desta infraestrutura hidroelétrica. É

importante realçar que as populações que protestam contra esse projeto têm sido reprimidas, ameaçadas e torturadas psicologicamente pelas autoridades governamentais. Nas lutas e resistências camponesas contra o projeto hidroelétrico de Mphanda Nkuwa, é importante destacar o papel desempenhado pela Justiça Ambiental (JA), que há mais de uma década vem protestando a sua construção por entender que apresenta altos riscos socioambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise aqui feita, é perceptível que os povos africanos, dependendo do contexto em que se encontram, mesmo diante de situações adversas à sua reprodução social, estão remando contra a maré, lutando e resistindo de diversas formas o *neocolonialismo* em curso na África. O *neocolonialismo*, contra o qual os povos africanos protestam, não se dá apenas pela exploração dos recursos naturais, entre os quais, minerais diversos, gás e petróleo, madeira e a captura de carbono, como também contra a expansão do agronegócio em seus territórios, o que tem ocasionado a concentração de terras nas mãos das corporações globais. Ademais, as lutas e resistências não apenas contra o *neocolonialismo* velado pelo discurso “desenvolvimentista”, mas também, contra o racismo que se reproduz no âmbito da expansão do capitalismo financeiro em muitos países africanos. No entanto, para além do racismo baseado na cor da pele e econômico, na África verifica-se também a reprodução do racismo ambiental, ao qual, infelizmente, vários povos africanos são submetidos no âmbito da territorialização das multinacionais.

Os casos de Shell na Nigéria; da Chevron-Texaco no Níger, na Nigéria e na Guiné-Equatorial; da Cabinda Gulf Oil Company Limited (CABGOC), subsidiária da Chevron em Angola; da Vale, Jindal África, Vulcan, Ding Sheng, Total dentre outras em Moçambique, são exemplos multinacionais que reproduzem essa barbárie na África, razão pela qual vêm enfrentando protestos em muitos países. Nesses países, a exploração dos recursos naturais beneficia as multinacionais e as elites políticas locais, agudizando as desigualdades sociais e a contaminação e poluição dos rios e dos solos, uma situação que impacta negativamente a vida de milhares de pessoas. Na África, os protestos são também contra a exploração e a precarização das condições de trabalho nas empresas.

REFERÊNCIAS

ADECRU. **ADECRU participa na conferência do movimento Pani-Africanismo Hoje na Tunísia.** 2017. Disponível em: <https://adecru.wordpress.com/2017/07/02/adecruparticipa-na-conferencia-do-movimento-pani-africanismo-hoje-na-tunisia>. Acesso em: 11 out. 2025.

ADECRU. **ADECRU participa da III Conferência sobre Pani-Africanismo em Gana.** 2018. Disponível. <https://adecru.wordpress.com/2018/09/21/adecru-partipava-na-terceiraconferencia-sobre-pani-africanismo-hoje-no-gana>. Acesso em: 11 out. 2025.

BASSEY, Nnimmo. **Aprendendo com a África:** a extração destrutiva e a crise climática. Tradução: Editora: Consequência, Rio de Janeiro, 2015.

BUSSOTTI, Luca; MUTZENBERG, Remo. **Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África. Considerações introdutórias.** In: Cadernos de Estudos Africanos, n. 31, p, 7-14, Lisboa, 2016.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio.** Tese [Doutorado em Geografia], UFGD, Dourados, 2020a.

CATSOSSA, L. A. Extrativismo, territórios comunitários e violência em áreas de mineração em Moatize, Tete – Moçambique. **RIET**, ano 1, v. 1, n. 1, 202b.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. Globalização do capitalismo extrativista, recursos naturais e o neocolonialismo na África: desafios e perspectivas para Moçambique. **Revista Entre-Lugar**, v.12, n.23, p. 310-255, 2021.

CATSOSSA, L. A. Questão agrária, estrangeirização de terras e fome na África: desafios e perspectivas para Moçambique no alcance à “Fome Zero” na era de globalização neoliberal. In: CATSOSSA, L.A; MORETTI, E. C. (orgs.). **Processos e dinâmicas geográficas no Moçambique contemporâneo.** TotalBooks, p. 14-61, RS, 2023.

DW. **Derrames de petróleo em Angola: ambientalistas pedem sanções.** 2025. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ambientalistas-exigem-mais-fiscaliza%C3%A7%C3%A3o-e-san%C3%A7%C3%B5es-para-acabar-com-derrames-de-petr%C3%B3leo-em-cabinda/a-71748771>. Acesso: 12 out. 2025.

FANON, Francis. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Zahar, , 2022.

HANLON, Joseph. **Moçambique recolonizado através da corrupção: como o FMI criou um estado oligárquico.** Editora: Ethale Publishing, Maputo, 2025.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MBEMBE, Achille. **África é a última fronteira do capitalismo.** In: Entrevista – jornal Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/12/09/mundo/noticia/africa-ultima-fronteira-capitalismo-1853532>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MOSCA, João; SELEMANE, Tomás. **Do país sonhado ao país vivido:** Moçambique 1975-2025. OMR, Maputo, 2025.

NAKATANI, Paulo; MARQUES, Rosa Maria. **O capitalismo em crise.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

RANTALA, Janne. **Grande riqueza, poucos beneficiários: percepções locais da gestão dos recursos naturais em Moçambique.** Maputo, 2022.

LUTAS ANTICOLONIAIS, ANTIRRACISTAS E ANTICAPITALISTAS NA ÁFRICA E OS SEUS DESDOBRAMENTOS EM
MOÇAMBIQUE

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n.1, p. 109-130, Brasília, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 23 ed. São Paulo: Record, 2013.

STRAHM, Rudolf H. **Subdesenvolvimento**: porque somos tão pobres. Tradução: Ion Garcia Mascarrenhas de Andrade. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991.

SEUFERT, Philip *et al.* **O capitalismo clandestino e a financeirização dos territórios e da natureza**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

SOUZA, Mário Luiz de. Capitalismo e racismo: uma relação essencial para se entender o predomínio do racismo na sociedade brasileira. **R. Katál**, v.25, n. 2, p. 202-211, Florianópolis, 2022.